

Identidade e Memória na região cacauera: análise de seus principais elementos*

Hanayana Brandão Guimarães Fontes Lima

Resumo:

A memória, elemento essencial para delinear a identidade coletiva ou individual, pode representar além de uma conquista, um instrumento de poder. Assim, pretende-se analisar de que forma a memória coletiva conseguiu configurar a identidade coletiva na região cacauera. A análise baseia-se no levantamento bibliográfico acerca dos principais componentes da identidade regional de 1890 até 1930, anos de expansão econômica e populacional relacionados ao desenvolvimento da lavoura cacauera. Este período foi escolhido uma vez que ele é recorrentemente lembrado quando se busca referência no passado regional, ao contrário do período colonial que foi intencionalmente esquecido.

Palavras-chaves: Ilhéus – coronelismo - cacau.

Abstract:

Memory, the essential element to delineate the collective or individual identity, can represent beyond a conquest, a power tool. Thus, this paper intends to analyze the way collective memory managed to configure the collective identity in the cocoa's region. The analysis is based on the bibliographical survey concerning the main components of the regional identity from 1890 up to 1930. These years correspond to an economic and population expansion related to the cocoa farming development. This period was chosen because it is recurrently remembered when the region past references are searched, in contrast to the colonial period which was intentionally forgotten.

Key-words: Ilhéus – ‘coronelismo’ - cocoa.

Introdução

A fundação do município de São Jorge dos Ilhéus, localizado no sul da Bahia, está ligada à introdução dos sistemas de capitânias hereditárias no Brasil durante o século XVI. Entre 1532 e 1750, os donatários que se sucederam no comando da capitania buscaram sem sucesso a efetiva ocupação econômica, implantando na região diversos engenhos de açúcar, responsáveis por um comércio sem muita importância (FALCÓN,1995).

De acordo com Ribeiro (2005:24) a agricultura ilheense, desde os primeiros engenhos implantados durante o período colonial até o início do século XIX, estava baseada no plantio de cana-de-açúcar e de mandioca, destinados ao consumo interno e à exportação para Salvador. Nem mesmo a adoção do sistema de sesmarias implementado durante o século XVIII foi suficiente para mudar o quadro econômico local e que apenas no final do século

* Aluna especial do Mestrado de Cultura e Turismo da Universidade Estadual de Santa Cruz, bacharel em Comunicação Social pela Universidade Estadual de Santa Cruz.

XVIII é que “foram introduzidas novas culturas na região, entre as quais o cacau e café, foram os principais responsáveis pela gradual mudança econômica e social”

Considerando-se a memória como um elemento essencial para formação da identidade, individual ou coletiva, e que a “memória coletiva não é somente uma conquista, mas também um instrumento e um objeto de poder” (LE GOFF, 1990:476), objetivamos através de um levantamento bibliográfico, investigar neste artigo quais os principais elementos que compõem a identidade da região cacaueira, partindo do princípio de que a memória histórica que prevaleceu nessa região “foi sempre instrumento de poder dos vencedores, para destruir a memória dos vencidos e para impedir uma percepção alternativa da história que fosse capaz de questionar a legitimidade de sua dominação” (DECCA, 1992:133).

Compreendendo a formação do mito regional

Durante a primeira década do século XX, o cacau era o principal produto de exportação da Bahia, responsável inclusive pela sustentação do orçamento do estado. Nesse período, vários fazendeiros de origem humilde, que não possuíam educação formal e nem o refinamento social típico da elite açucareira do recôncavo, representavam os novos ricos da sociedade baiana. Fixados principalmente ao longo do rio Cachoeira, eles eram donos de casas comerciais na zona rural e de várias fazendas de médio porte. O grupo era composto por descendentes de colonos europeus que haviam chegado nas primeiras décadas do século XIX e “os mais prósperos migrantes nordestinos, em sua maioria sergipanos, vindos a partir da segunda metade do século XIX”. Comandados pelo coronel Antonio Pessoa, eles desenvolveram uma “base de identidade territorial, social e política” (RIBEIRO, 2001:109).

Na leitura de Ribeiro (2005:58), as idéias sobre a elite cacaueira, introduzidas a partir dos anos trinta pelo coronel Pessoa, foram peças essenciais na elaboração do discurso político da região e nas discussões sobre sua história. A memória coletiva, gerada pelos “novos ricos baianos”, buscava fixar o mito composto através da “imagem de uma região formada pelo trabalho assalariado e livre de homens humildes”, dessa forma tinha-se uma poderosa ferramenta na política local, além de um forte apelo na busca por recursos financeiros oficiais. O autor pontua que a lavoura cacaueira representava o progresso frente a uma Bahia decadente, distinguindo-se dessa forma da enfraquecida elite açucareira. Ribeiro vai além ao afirmar que as tradicionais famílias da região não se opuseram a discussão de que a história

regional tenha sido bem diferente do mito estabelecido e, que este mito criado com base no projeto republicano, claramente direcionado aos lavradores recém-chegados, se adaptava muito bem ao mito da democracia racial popularizado através da obra de Gilberto Freire.

Assim:

O surgimento de uma versão mítica da história regional foi reflexo da memória coletiva da sociedade ilheense formada através de textos históricos, técnicos e literários. Esse processo ocorreu durante todo o século XX, quando vários estudos oficiais e obras ficcionais ajudaram a disseminar e a construir o paradigma dominante da história regional (RIBEIRO, 2001:109).

Assim, adotamos a hipótese que a história da região cacauera basicamente começa a ser contada a partir da época em que o cacau passa a ser o principal produto econômico da região, negando todo seu passado. Existem duas possíveis explicações para que a memória do período colonial tenha sido esquecida. A primeira, ligada ao fato de que a saga do cacau é capaz de equacionar as diferenças entre a elite conservadora, os migrantes e os imigrantes que aqui chegaram:

Ilhéus tem uma cultura unívoca. As suas raízes aprofundam-se na saga histórica do cacau. Esta saga prendeu os ilheenses na sua tela dando a eles uma única referência cultural. Esta referência, o cacau, elimina qualquer diferença de origem étnica, acomodando portugueses, africanos, suíços, italianos, espanhóis [...]. Esta unificação, esta sociedade coesa na reverência à epopéia heróica do desbravamento e plantio do cacau é um marco cultural ilheense. (LIPPIELLO, 1996:15).

A segunda hipótese associa-se à noção de progresso. Logo, o passado e tudo aquilo que representa o antigo é negado, para ser substituído pelo novo, por aquilo que representa o progresso e conseqüentemente a modernidade, no caso do Brasil, baseada no “modelo francês” de modernidade que marcou o período entre a independência e a década de 1930 no país.

A mudança concebida como valor e identificada com o modelo europeu, pode ser percebida de maneira clara na cidade de Ilhéus, lugar estratégico utilizado pelos principais fazendeiros e comerciantes para representar seu prestígio político e social, conforme observa Ribeiro (2005:98) ao afirmar esse processo de transformações “permitiu à burguesia cacauera

da materialidade aos símbolos de distinção relativos à sua nova condição no cenário econômico nacional.”

O autor afirma que quanto mais à cidade se desenvolvia economicamente mais o espaço urbano se transformava. A construção do porto, da ferrovia, dos palacetes dos coronéis, dos “novos edifícios com fachadas regulares, praças, alinhamento e alargamento de ruas, sob um novo plano elaborado e executado pelos administradores progressistas” alteraram radicalmente a fisionomia da “capital do cacau”, como Ilhéus era chamada pela imprensa baiana na época. Para ele (2005:97) a intensificação das relações de comércio internacional estabelecidas pelo Brasil foi um dos fatores que acelerou o processo de mudanças no espaço urbano. A réplica do Palácio do Catete, o prédio da Associação Comercial e o palacete de Misael Tavares representam incontestavelmente símbolos do poder econômico dos coronéis do cacau, além da catedral de São Sebastião, construída em estilo eclético, com “colunas gregas e abóbadas românicas misturadas a elementos góticos”, erguida no lugar da igreja setecentista que homenageava também o padroeiro da cidade, como um marco do progresso e da riqueza regional.

Ribeiro (2005:111) observa ainda que a maior parte dos relatos das memórias do período revela o contraste entre a cidade do período colonial e a cidade tida como moderna. Para ele, os memorialistas da época buscavam exaltar os novos aspectos que a cidade adquiriu como, por exemplo, os serviços de esgoto, iluminação e o novo porto, numa tentativa clara de demonstrar que não existia “qualquer vestígio do tempo anterior ao cacau”. A narrativa criada pelos memorialistas passou a ser identificada como a história local e desenvolveu-se na cidade o processo denominado por Hobsbawn (1997:9) como invenção das tradições que “inclui tanto as ‘tradições’ realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo”, mas que se estabelecem rapidamente.

A sociedade cacaeira

A partir da segunda década do século XX uma nova regionalidade começa a se estabelecer na Bahia em função da construção das estradas, chamadas posteriormente de rodovias, junto com a crescente valorização do automóvel, que durante a década de 30, ajudam as regiões a ganhar um novo formato, além de estabelecer outros vínculos entre os espaços, definindo assim prioridades. O território não mais se articula somente em torno de Salvador, capital do estado e núcleo central em razão de seu porto, mas também através do

contato com outras regiões do próprio estado e do país, na visão de Freitas (2000:34) a região cacauera passa a se articular diretamente com o mundo.

Segundo Falcón (1995:40) os rendimentos gerados pela cacauicultura só ganharam expressão a partir da segunda metade do século XIX. Durante esta fase, o mercado internacional oferecia excelentes condições, o que proporcionou um aumento considerável na pauta das exportações baianas, principalmente para os Estados Unidos, Alemanha, França, Argentina, dentre outros países.

Para Freitas (1979) as condições em que a economia cacauera se desenvolveu foi marcada por um jogo de múltiplos interesses numa região com infra-estrutura de transportes e comunicação precária, permitindo deste modo que apenas uma elite detivesse os lucros provenientes da lavoura. Ressalta que a burguesia cacauera era composta por dois grupos, o primeiro formado por grandes produtores e o segundo por comerciantes-exportadores. Para o autor, essa mesma burguesia não conseguiu exercer o domínio total no que toca o desenvolvimento econômico da região, e dessa forma a dependência da demanda externa possibilitou que os consumidores estrangeiros exercessem diversas pressões, como a elevação dos custos dos fretes, suspensão das compras, suspeição da qualidade do produto recebido.

O centro da questão, segundo ele constituiu-se na intermediação comercial e financeira exercida pelos países consumidores, uma vez que a ausência de bancos oficiais na região na época, as complexas exigências para que os negócios pudessem se concretizar e a incapacidade da sociedade regional de intervir nas diretrizes adotadas pelo governo tiveram como consequência direta a retirada significativa do excedente produzido pela lavoura que serviram como fonte de acumulação econômica para países como Inglaterra e Estados Unidos.

Freitas (1979) indica ainda o elevado crescimento populacional como umas das principais características da sociedade cacauera. Nesse sentido, Falcón (1995) acrescenta que além dos preços amplamente favoráveis no mercado internacional capazes de atrair novos moradores para região, principalmente sergipanos e alagoanos, que sofriam com a seca constante em suas regiões, a abundância de mão-de-obra no sul da Bahia favoreceu o aumento da produção. Ele (1995:57) atribui a integração definitiva do cacau ao mercado internacional as inúmeras inovações que também foram responsáveis pela maior disputa fundiária e acrescenta que “entre 1892 e 1920, a população dos maiores municípios produtores - Ilhéus e Itabuna – passou de pouco mais de sete mil pessoas para 105 mil” (FALCÓN, 1995: 42).

Os alagoanos e sergipanos que migraram para o sul da Bahia constituíram apenas uma das correntes migratórias que chegaram à região. Ribeiro (2005:35) pontua que esta corrente interna também era composta por baianos do norte do Estado, e que a segunda corrente, de caráter externo, era composta por europeus e árabes, sendo que o fluxo mais importante foi constituído por libaneses, cristãos, maronitas e sírios.

Coronelismo no sul da Bahia e a pluralidade de poder

O coronelismo, manifestação do poder privado, que teve seu apogeu no Brasil durante a República Velha, adotou diversas práticas para a manutenção do poder de uma elite dominante baseada na aliança entre tradicionais chefes políticos municipais que eram manipulados pelo Executivo conforme observou Falcón (1995:14). Detectou também que em Ilhéus o coronelismo adquiriu características singulares em relação às outras realidades encontradas no Estado da Bahia, onde os coronéis eram primordialmente comerciantes, como por exemplo, nas regiões do São Francisco e da Chapada Diamantina.

Baseado na propriedade fundiária e seguindo o padrão brasileiro, o coronelismo estabelecido no sul da Bahia teve como traço mais salutar o fato de não estar centrado na figura de apenas um único coronel, mas sim na pluralidade de poder. O grupo que representava a parcela dos produtores rurais mais ricos e poderosos do Estado, não conseguiu representatividade política equivalente ao seu poder econômico como Falcón (1995) procurou mostrar em sua obra “Os coronéis do Cacau”.

O autor destacou outros aspectos importantes que caracterizaram o coronelismo na região cacauzeira tais como: a necessidade de afirmação de prosperidade, representada através de símbolos fixados no espaço urbano e ilustrados através dos imponentes palacetes construídos nas cidades; e a imagem dos coronéis como agentes principais de progresso na região que, muitas vezes, encarnavam simultaneamente o papel de produtores e exportadores.

O status dos coronéis era legitimado pela obtenção do título efetivo da Guarda Nacional, que ainda segundo Falcón (1995: 85) representavam um “número significativo, se comparado a qualquer outro município baiano”. Entretanto, vale lembrar que o termo coronel era utilizado para designar todo grande fazendeiro de cacau que tinha prestígio junto à população local, sendo assim, praticamente impossível diferenciar “aqueles que realmente detinham a patente dos que de fato não a possuíam”.

Falcón (1995:11) propõe duas fases para caracterizar o coronelismo local, a primeira denominada de fase pioneira, no período de 1890 a 1910, onde ocorreu a formação e ascensão

da burguesia cacauceira. A segunda fase, de 1920 a 1930, marcada pelo fortalecimento dos proprietários que recebem do autor a denominação de “superproprietários”. Falcón sinaliza ainda a distinção entre os coronéis capitalistas, os proprietários fazendeiros e o meramente proprietários, que segundo ele “tratava-se na verdade, de estratos distintos de uma mesma classe nivelados pela distinção da patente.” (FALCÓN, 1995:90).

Ribeiro (2005:42) destaca que o fenômeno do coronelismo na região foi baseado no prestígio pessoal e familiar e que neste contexto os casamentos tinham um papel essencial, pois através deles os coronéis reforçavam ou ampliavam seu poder. Para o autor, os casamentos entre membros do mesmo grupo familiar, eram um instrumento de manutenção de bens materiais e simbólicos do patrimônio das famílias. O casamento entre primos herdeiros de propriedades vizinhas foi realizado com frequência em Ilhéus e “a estratégia de matrimônios dentro do próprio grupo social, desenvolvida entre as famílias de grandes proprietários, possibilitou sua coesão e seu domínio, tanto econômico quanto político, no contexto regional” (RIBEIRO, 2005: 44).

Na leitura do autor, os casamentos foram responsáveis por uma modificação e revigoração do sistema coronelista, além ampliar a esfera de poder das famílias, quando começaram a acontecer de modo interfamiliar, ou seja, casamentos entre herdeiros pertencentes a diferentes famílias de prestígio de Salvador e de fora do estado (RIBEIRO, 1995: 96).

Outro fator relevante, era a utilização de jornais pelos coronéis como meio de legitimação de seus discursos, como constatou Ribeiro(2005: 53) ao afirmar que “os jornais eram o espaço por excelência de expressão dos valores da sociedade cacauceira.”

As crises e o discurso paternalista

A história da região cacauceira sempre marcada por inúmeras crises que conforme Asmar (1983:88) representam o “estado de depressão de uma sociedade advinda da perda de prosperidade econômica relativa, gerando grandes dificuldades e sendo dolosa diferencialmente para os habitantes de uma região ou país”. O discurso paternalista sempre esteve presente junto às crises, e era através dele que a região buscava o auxílio dos governos estaduais e federais.

Durante o período de 1890 até 1930, utilizado para nossa análise, foram detectadas algumas das principais crises, conforme a distinção de fases traçadas por Falcón (1995). A

primeira, em 1908, provocada por uma especulação comercial quando comerciantes pressionaram o mercado interno ditando os preços mais favoráveis para o cacau. (FALCÓN, 1995: 61).

A segunda aconteceu em decorrência da primeira Guerra Mundial trazendo graves conseqüências ao mercado do cacau, como, a descapitalização de diversos produtores. Apesar destes só conseguirem se restabelecer com o final da guerra em 1918, a lavoura não deixou de se expandir. Segundo Falcón (1995: 62) esta crise, do ponto de vista produtivo, expressou a dificuldade de processamento da produção de sua forma mais simples para as formas mais complexas.

Entre 1921 e 1922, a terceira grande crise regional ocorreu em virtude das enchentes dos rios Pardo e Jequitinhonha, , gerando uma queda de 80% da safra regional. A quarta aconteceu no período de 1925 a 1926, onde a situação da lavoura era bastante precária e a única salvação apontada por Freitas (1979) estava no relacionamento da carteira de crédito agrícola para o cacau.

As crises conjunturais a partir dos anos 20, permitiram que os responsáveis pelo comércio aumentassem, em relação aos produtores, a capacidade de interferência e decisão que geralmente, conduziu a uma penetração dos comerciais na área específica de produção, formando o embrião de um segmento social novo: um misto de produtor e comerciante. (GARCEZ, 1979: 78).

A quinta crise, em 1929, conhecida como quebra da bolsa de Nova York, motivada por razões externas, provocou uma queda drástica no preço do cacau, demonstrando a grande dependência da região em relação ao mercado internacional. Foi depois da mesma que ocorreu uma restrição das rendas municipais, além de uma profunda depressão econômica em toda a região.

Mais uma vez, o discurso paternalista foi utilizado objetivando solucionar os problemas regionais como observou Ribeiro (2001:120) ao afirmar que a crise reforçou o discurso do grupo político liderado por Artur e Eusínio Lavígne, ligados ao PSD, que buscavam lutar contra as agressões do capital estrangeiro bem como “mostrar ao Rio de Janeiro que se estava trabalhando pelo progresso regional e eram merecedores de auxílio de rendas federais”.

A crise de 29 também motivou uma maior aproximação do sul do Estado com Salvador, em razão das grandes dificuldades para importar determinados produtos que

costumavam ser trazidos da Europa e dos Estados Unidos. Outra consequência da crise foi a criação do Instituto de Cacau da Bahia - ICB, que foi criado como base nas orientações federais e serviu como “instrumento intermediário entre o Estado e a elite do cacau” (GARCEZ, 1979:79)

Considerações finais

Considerando-se a memória como um importante elemento capaz de configurar a identidade individual e coletiva, procuramos mostrar em nossa análise de que forma este processo aconteceu na região cacaueira de 1890 até 1930, quando ocorreu o maior crescimento econômico e populacional regional.

Percebemos que diversos elementos da memória coletiva foram utilizados pela burguesia cacaueira como um instrumento de poder capaz de proporcionar a região uma idéia de coesão social, firmando assim, sua identidade. Esta mesma burguesia utilizou os jornais como forma de legitimar seus discursos e fixar a imagem da região como próspera e resultado do trabalho de homens livres, dado este questionado por autores como Ribeiro (2005:55) que demonstrou existirem várias famílias que utilizaram a mão-de-obra escrava em suas propriedades.

O coronelismo desenvolvido em Ilhéus, cidade central da região pela presença de seu porto, além de obter características singulares por basear seu poder na propriedade fundiária e na figura de diversos coronéis foi o elemento mais significativo diante da construção identitária do sul da Bahia. Ele foi um dos principais responsáveis pelo delineamento territorial. O casamento entre membros da própria família permitia a ampliação das propriedades agrícolas bem como a expansão do poder dos coronéis, principais agentes do progresso regional como procurou mostrar Falcón (1995). Outra prática utilizada para a ampliação do território foi observada por Ribeiro (2005: 92), conhecida como caxixe, incorporação ilícita de terras maquinadas através da justiça com a utilização da força.

Outro aspecto interessante é o fato dos coronéis através do patrimônio familiar, a exemplo dos sobrenomes, conseguirem além de criar um capital simbólico, dar materialidade aos mesmos. (RIBEIRO, 2005:46). A ostentação de prosperidade aparece também como um aspecto importante da identidade regional e pode ser percebido através da observação do espaço urbano.

Por fim, mencionamos a importância da relação que Ilhéus estabeleceu com os grandes centros seja através das relações comerciais realizadas através do porto ou da

influência da grande quantidade de imigrantes que se estabeleceram na região. Esta relação com os grandes centros permitiu a expansão das relações comerciais através do mercado internacional, mas também, fez com que crises internacionais tivessem um enorme impacto na economia sul baiana. As crises presentes na história regional desde o tempo do Brasil colônia vem sempre acompanhadas do discurso paternalista adotado pelos governantes locais, como forma de conquistar o apoio dos governos estaduais e federais, a falta de representatividade política e a incapacidade da sociedade local de solucionar seus problemas, aspecto este já estudado de maneira mais profunda por Falcón (1995).

Referências bibliográficas

- ASMAR, Selem Rachid. **Sociologia da microrregião cacauera**. Itabuna: Itagrafe, 1983.
- DECCA, Edgar Salvadori de. **Memória e Cidadania** In: O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. Departamento do Patrimônio Histórico: São Paulo, 1992.
- FALCÓN, Gustavo. **Os Coronéis do Cacau**. Salvador: Ianamá, 1995.
- FREITAS, Antônio Fernando Guerreiro. **Os donos dos frutos de Ouro**. Salvador: UFBA, 1979- Dissertação de Mestrado.
- FREITAS, Antônio Fernando Guerreiro. **“Eu vou para a Bahia”**: a construção da regionalidade contemporânea. Bahia Análise & Dados. Salvador: SEI, volume 9, número 4, Março, 2000.
- FREITAS, Antônio Fernando Guerreiro e PARAISAO, Maria Hilda Baqueiro. Caminhos ao encontro do mundo; a capitania, os frutos de ouro e a princesa do sul -Ilhéus (1534-1940). Ilhéus: Editus, 2001.
- GARCEZ, Angelina Nobre Rolim e FREITAS, Antônio Fernando Guerreiro. **Bahia Cacauera: um estudo de história recente**. Salvador: UFBA, 1979.
- HOBBSAWN, Eric. RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- LIPPIELLO, Sérgio. **Ilhéus, análise de uma cultura**. Itabuna: Colorpress, 1996.
- RIBEIRO, André Luiz Rosa. **Família, poder e mito**: o município de São Jorge de Ilhéus (1880-1912). Ilhéus: Editus, 2001.
- RIBEIRO, André Luiz Rosa. **Memória e Identidade**: Reformas Urbanas e arquitetura cemiterial na região cacauera (1880-1950). Ilhéus: Editus, 2005.